

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	7
5.3 - Descrição - Controles Internos	12
5.4 - Alterações significativas	13

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	14
10.2 - Resultado operacional e financeiro	33
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	35
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	36
10.5 - Políticas contábeis críticas	42
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	44
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	45
10.8 - Plano de Negócios	46
10.9 - Outros fatores com influência relevante	47

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

O negócio da Companhia compreende a distribuição de energia para os consumidores de suas áreas de concessão, portanto, os instrumentos financeiros significativos estão relacionados às seguintes transações:

- Os saldos de contas a receber e a pagar a longo prazo estão relacionados à recomposição tarifária extraordinária e, portanto, não estão sujeitos a ajuste a valor de mercado.
- As aplicações em Fundos de Investimentos e CDBs – Certificados de Depósitos Bancários seguem a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.
- Os empréstimos da Companhia concentrados no curto prazo, para atendimento de seu capital de giro, aproximam-se do valor de mercado na data de balanço. Para os empréstimos e debêntures de longo prazo, por se tratarem, em sua maioria, de fontes de financiamentos específicas, o valor de mercado não foi calculado de forma a obter o valor de negociação a taxas vigentes no mercado para contratos em condições e prazos similares.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

(a) Risco de taxa de juros

Este risco se refere à possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de variações nas taxas de juros ou em outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. As análises de sensibilidade demonstradas são estabelecidas com o uso de cenários e análise de stress dos indicadores, demonstrando o efeito destas variações na dívida total.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Contrato	2011 (R\$/mil)	Possível (R\$/mil)	Remoto (R\$/mil)
ALFA DI-B	52.591	54.568	56.186
BB DI-A	100.992	104.160	107.329
BNDES CAPEX	27.712	29.201	30.690
BNDES CAPEX 2011 FINAME	62.816	62.816	62.816
BNDES CAPEX 2011-A	98.986	99.469	99.951
BNDES CAPEX 2011-B	99.019	99.553	100.087
BNDES CAPEX SE	4.889	5.152	5.415
BNDES FINAME S	747	747	747
BNDES FINAME T	1.646	1.646	1.646
BNDES FINAME U	1.755	1.755	1.755
BNDES FINAME V	559	559	559
BNDES FINAME W	1.618	1.618	1.618
BRADESCO DI-C	5.381	5.663	5.945
BRADESCO DI-D	25.303	26.197	27.092
BRADESCO DI-E	25.303	26.197	27.092
BRADESCO DI-F	12.652	13.099	13.546
DEBÊNTURES (AMPL14)	194.384	203.292	212.201
DEBÊNTURES (AMPL15)	115.906	119.491	123.076
DEBÊNTURES (AMPL25)	152.630	154.937	154.937
DEBÊNTURES (AMPL16)	117.590	119.608	121.627
DEBÊNTURES (AMPL26)	195.375	196.491	196.491
ELETROBRAS – 0022/04 (LUZ PARA TODOS)	2.457	2.457	2.457
ELETROBRAS – 158/2006 (LUZ PARA TODOS)	5.163	5.163	5.163
ELETROBRAS – 245/2008 (LUZ PARA TODOS)	15.068	15.068	15.068
ELETROBRAS – 2930/2011 (EMERGENCIAL)	2.896	2.896	2.896
ELETROBRAS – 2937/2011 (EMERGENCIAL)	2.858	2.858	2.858
HSBC DI-A	60.506	63.567	66.628
HSBC DI-B	15.127	15.899	16.671
ITAU DI-A	6.681	7.043	7.405
UNIBANCO DI-C	5.414	5.680	5.946
Total	1.414.384	1.446.850	1.475.898
Sensibilização Indicadores	-	+25%	+50%
Custo da Dívida	12,51%	14,74%	16,99%

(b) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para refletir possíveis riscos de realização das contas a receber.

(c) Risco de escassez de energia

Corresponde ao risco de escassez na oferta de energia elétrica por parte das usinas hidroelétricas por eventuais atrasos do período chuvoso, associado ao crescimento de demanda acima do planejado, podendo ocasionar perdas para a Companhia em função do aumento de custos ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

(d) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (**covenants** financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida. Essas restrições são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução normal das operações.

Os riscos apontados acima estão diretamente relacionados aos riscos relacionados a fatores macroeconômicos, quais sejam:

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Condições políticas e econômicas adversas podem acarretar um efeito adverso para a Companhia.

O Governo Federal intervém frequentemente na economia brasileira e, ocasionalmente, impõe mudanças drásticas na política monetária, de crédito, fiscal, dentre outras. As ações do Governo Federal para controlar a inflação e implementar outras políticas já incluíram, dentre outras medidas, controle sobre preços e salários, desvalorização da moeda, controle de remessa de capital, limites nas importações e o congelamento de contas correntes.

A Companhia não tem controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco pode prevê-las. Os negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados por tais intervenções, bem como por outros fatores econômicos, tais como:

- aumentos na taxa de inflação;
- políticas cambiais;
- crescimento econômico nacional;
- instabilidade social;
- diminuição de liquidez dos mercados domésticos de capital e de empréstimo;
- ambiente regulatório pertinente às atividades da Companhia;
- políticas monetárias;
- taxas de juros;
- controles sobre importação e exportação;
- políticas fiscais e alterações na legislação tributária;
- alterações nas normas trabalhistas; e
- outras questões políticas, diplomáticas, sociais e econômicas no Brasil ou que afetem o Brasil.

Medidas do Governo para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do Governo, podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais doméstico, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados da Companhia.

A crise financeira e de crédito mundial poderá afetar de maneira adversa o crescimento econômico do Brasil, limitar o acesso da Emissora aos mercados financeiros e de capitais e, consequentemente, prejudicar seus negócios e condição financeira.

A crise financeira e de crédito global e a consequente instabilidade no sistema financeiro mundial têm afetado, e poderão continuar a afetar, negativamente o crescimento econômico do Brasil. A atual crise financeira reduziu a liquidez e a disponibilidade de crédito para o financiamento da continuidade e da expansão dos negócios em todo o mundo. A escassez de liquidez e crédito, combinada

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

com recentes e substanciais perdas nos mercados de ações em todo o mundo, inclusive no Brasil, poderá causar uma prolongada recessão mundial ou, até mesmo, uma depressão.

A Emissora poderá enfrentar problemas significativos de liquidez, caso a situação dos mercados financeiros não melhore. Sua capacidade de acesso aos mercados de capitais ou financeiro poderá sofrer restrições em um momento no qual deseje, ou precise, acessar tais mercados, o que poderá prejudicar sua capacidade de reação face a condições econômicas e comerciais adversas, bem como poderia dificultar ou impedir a realização de projetos considerados relevantes pela Companhia. Além disso, a crise financeira e de crédito poderá afetar os atuais clientes da Emissora ou a capacidade de seus fornecedores cumprirem pontualmente com entregas pactuadas, fazendo com que os mesmos venham a inadimplir suas obrigações junto à Emissora. Um agravamento da crise financeira e de crédito poderá prejudicar a demanda pelos serviços da Emissora e sua capacidade de financiar seu crescimento futuro e refinanciar dívidas pré-existentes, o que, consequentemente, poderia afetar adversamente os resultados operacionais e/ou a condição financeira da Emissora.

A instabilidade política pode prejudicar os resultados operacionais da Companhia.

O desempenho da economia brasileira tem sido historicamente influenciado pelo cenário político nacional. No passado, as crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, resultando na desaceleração da economia, o que prejudicou o preço de mercado dos valores mobiliários de companhias listadas para negociação em bolsa de valores.

Nos últimos anos, políticos brasileiros têm sido acusados de condutas antiéticas ou ilegais. Essas acusações, atualmente investigadas pelo Congresso Nacional, incluem financiamento de campanhas e violações nas práticas eleitorais, influência de autoridades do Governo Federal em troca de apoio político e outras supostas acusações de corrupção. No período de 2007 a 2008, diversos membros do partido do atual presidente do Brasil e do Governo Federal, incluindo o presidente do partido do presidente do País, renunciaram. Não podemos prever quais serão os efeitos dessas acusações e investigações nas condições políticas e econômicas brasileiras.

A instabilidade da taxa de câmbio pode prejudicar a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Nas últimas 4 décadas, a moeda brasileira tem se valorizado e desvalorizado periodicamente. Ao longo desse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e uma série de políticas cambiais, inclusive controles de câmbio, desvalorizações súbitas, mini desvalorizações (durante as quais a frequência dos ajustes oscilou entre diária e mensal) e sistemas de câmbio flutuante.

Nos últimos anos, houve uma volatilidade significativa do Real em relação ao Dólar e outras moedas. Desde 1999, as taxas de câmbio tem sido definidas pelo mercado. A taxa de câmbio entre o Real e o Dólar tem variado significativamente nos últimos anos. A taxa de câmbio Real/Dólar, por exemplo, aumentou de R\$1,9554 por Dólar em 31 de dezembro de 2000 para R\$3,5333 em 31 de dezembro de 2002. O Real valorizou-se frente ao Dólar cerca de 8,1% em 2004, 11,8% em 2005, 8,7% em 2006 e 17,1% em 2007. Em 2008, em primeiro lugar como resultado da crise financeira internacional, o Real se depreciou em cerca de 31,9% em relação ao Dólar, induzindo os investidores estrangeiros a remover bilhões de reais da BM&FBOVESPA. Em 31 de dezembro de 2010, a taxa de câmbio Real/Dólar era de R\$1,6662 por Dólar. E em 31 de dezembro de 2011, a taxa de câmbio Real/Dólar era de R\$1,8758 por Dólar. A Companhia não pode garantir que o Real não sofrerá uma desvalorização ou valorização frente ao Dólar no futuro.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possuía endividamento em moeda estrangeira e nem empréstimos com partes relacionadas. Entretanto, a desvalorização do Real frente ao Dólar aumenta os custos de compra de energia elétrica, tendo em vista que parte do suprimento de energia é proveniente da Usina de Itaipu, cuja tarifa é denominada em Dólar norte-americano. Para fins dos reajustes tarifários anuais da Emissora, as oscilações da tarifa de Itaipu decorrente da flutuação cambial são capturadas no mecanismo da CVA. Elevações abruptas da taxa de câmbio podem elevar as necessidades de capital de giro da emissora, comprometendo o seu fluxo de caixa, em período que antecede o reajuste tarifário anual, quando este valor será repassado à tarifa de energia elétrica. Adicionalmente, a desvalorização do Real frente ao Dólar também pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, dificultar o acesso aos mercados financeiros e de capitais internacionais e pode resultar na imediata intervenção do Governo Federal, incluindo políticas governamentais restritivas. Por outro lado, a valorização do Real frente ao Dólar pode resultar na deterioração das reservas do Brasil e de sua balança de pagamentos, bem como afetar as exportações. Qualquer uma dessas circunstâncias poderá afetar adversamente os negócios, resultados operacionais e valores mobiliários de emissão da Companhia, bem como a capacidade de pagamento da Companhia com relação às suas dívidas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia pode ser adversamente afetada pela política monetária do Governo Federal e/ou pelo aumento nas taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2011, o endividamento total em aberto da Companhia era de R\$1.412 milhões, sendo 100% denominados em Reais dos quais 93% eram taxas de juros indexadas, principalmente, ao CDI (52%), à TJLP (16%) e ao IPCA (25%).

Caso o Governo Federal aumente as taxas de juros ou adote outras medidas com relação à política monetária que resultem em um aumento significativo das taxas de juros, as despesas financeiras da Companhia poderão aumentar significativamente, afetando adversamente a liquidez, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A inflação e as medidas do Governo Federal para combatê-la podem afetar adversamente a economia brasileira e o mercado de valores mobiliários brasileiro, bem como a condução dos negócios da Companhia.

Ao longo de sua história, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas. Determinadas medidas do Governo Federal para combatê-la tiveram um impacto significativamente negativo sobre a economia brasileira. No passado, as medidas adotadas para combater a inflação, bem como a especulação sobre tais medidas, geraram um clima de incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

No período encerrado em 31 de dezembro de 2011, o IGP-M apurado foi de 5,10% e o IPCA, apurado no mesmo período, foi de 6,50%.

Medidas futuras tomadas pelo Governo Federal, inclusive intervenção no mercado de câmbio e atos para ajustar ou fixar o valor do Real poderão causar aumento da inflação e produzir efeitos prejudiciais relevantes nos negócios da Companhia, incluindo um aumento nos custos de financiamento.

Caso não haja o repasse do aumento dos custos decorrentes da inflação para o preço das tarifas cobradas pela Companhia a seus clientes em valores suficientes e prazo hábil para cobrir os crescentes custos operacionais da Companhia, tal aumento de custos poderá afetar adversamente a Companhia. Pressões inflacionárias podem levar à intervenção do Governo Federal sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais, que poderão ter um efeito adverso na Companhia.

Eventos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo de economias emergentes, podem afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é influenciado pelas condições econômicas e de mercado no Brasil e, em graus variados, pelas condições de mercado em outros países da América Latina e de outras economias emergentes. Ainda que as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos de um país pode levar o mercado de capitais de outros países a sofrer flutuações.

No passado recente, eventos políticos, econômicos e sociais em países de economia emergente, incluindo os da América Latina, afetaram adversamente a disponibilidade de crédito para empresas brasileiras no mercado externo, resultando em saída significativa de recursos do País e na diminuição na quantidade de moeda estrangeira investida no País.

Caso ocorram eventos políticos, econômicos e sociais em outros países de economia emergente que afetem relativamente o País, pelas razões indicadas acima, isso poderá ter um efeito adverso na Companhia.

Alterações nas leis tributárias brasileiras podem ter um impacto adverso nos resultados operacionais da Companhia.

O Governo Federal regularmente implementa mudanças nas leis tributárias brasileiras. Estas mudanças incluem ajustes na alíquota aplicável e, ocasionalmente, imposição de tributos temporários cujos recursos são alocados para certos fins determinados pelo Governo Federal. Essas medidas podem aumentar as obrigações fiscais da Companhia, o que, por sua vez, afetaria adversamente seus resultados operacionais.

Caso não haja o repasse desses tributos adicionais aos consumidores da Companhia em valores suficientes e prazo hábil, os resultados operacionais da Companhia e sua condição financeira podem ser adversamente afetados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

O Confisco temporário ou expropriação permanente dos ativos da Emissora pode afetar adversamente sua condição financeira e resultados operacionais.

A União pode retomar o serviço de distribuição de energia elétrica da Emissora em casos de razão de interesse público, mediante lei específica que autorize tal retomada e pagamento de prévia indenização. Tais razões incluem desastre natural, guerra, perturbações públicas significativas, ameaças contra a paz

interna ou por razões econômicas e por outras razões relacionadas à segurança nacional. Referida situação ocasionaria efeitos adversos significativos na condição financeira e nos resultados operacionais da Emissora e não se pode garantir que a eventual compensação seja adequada ou que tal pagamento seja realizado em tempo.

A perda da Concessão pela Companhia afetaria significativamente sua capacidade de continuar suas operações, o que, consequentemente, ocasionaria um efeito adverso relevante em seu resultado operacional e/ou em sua condição financeira.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de merc

a) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia está exposta, principalmente, ao risco de mercado decorrente das variações nas taxas de juros, que impacta o valor justo e o fluxo de caixa de suas operações financeiras. O risco relativo a taxa de juros esta detalhado no item 5.1, letra (a) acima.

b) Estratégia de proteção patrimonial (hedge).

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

c) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge).

A Companhia contrata instrumentos de proteção, incluindo aplicações financeiras e operações de derivativos como swaps. Não é permitida alavancagem em operações de derivativos e tais operações são contratadas com o exclusivo fim de proteção de riscos de taxas de juros.

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos.

Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela administração, a Companhia utiliza-se de cálculos de VaR – Value at Risk, Mark to Market, Stress Testing e Duration dos instrumentos para avaliar os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos.

e) Operação com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.

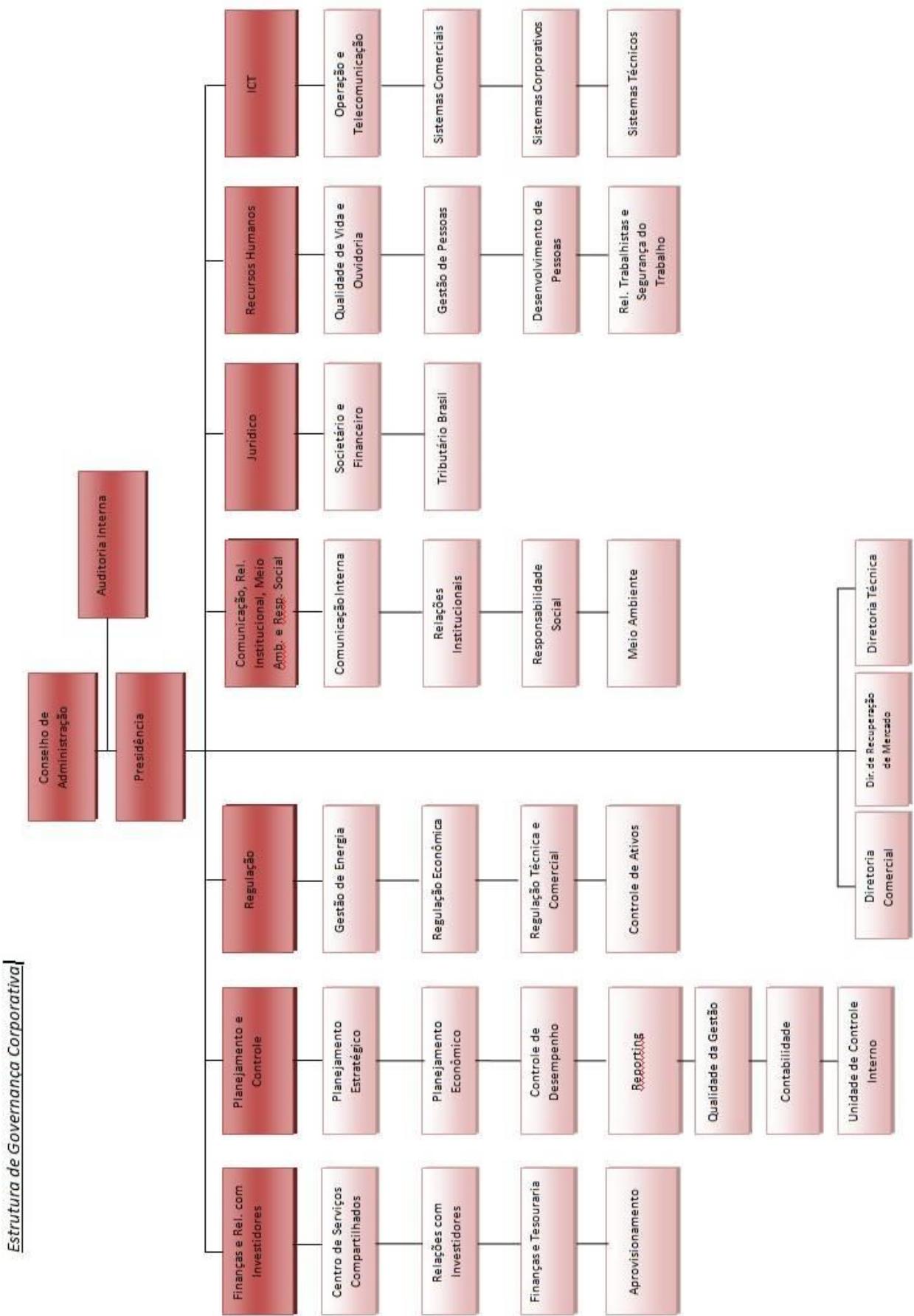
A Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos.

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos.

A Companhia, por fazer de um grupo multinacional de capital aberto, atende aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley tendo políticas internas que primam por um ambiente rígido de controle para a minimização da exposição dos riscos e atendimento às boas práticas de Governança Corporativa.

A Ampla adota práticas de Governança Corporativa que asseguram a manutenção de uma estrutura organizacional com órgãos específicos envolvidos no gerenciamento dos riscos. Entre eles, destacam-se a Auditoria interna e a Unidade de Controle Interno - UCI.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado



5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercados

Controle de Gerenciamento de Riscos

Segue abaixo a classificação dos riscos a que a Companhia está exposta, os principais riscos identificados, o tratamento/ métodos de controle desses riscos e as áreas responsáveis.

Classificação dos Riscos	Principais Riscos Identificados	Tratamento e Controle dos Riscos	Responsável / Padrões de trabalho
Negócio	Desfasamento entre energia contratada e energia demandada.	Monitoramento mensal da projeção da demanda incorporando variáveis macroeconômicas e setoriais que afetam a evolução do consumo de energia, além da definição da quantidade ótima para contratação, considerando a sazonalidade do mercado energético	Diretoria de Regulação / Legislação do setor elétrico emitidas pela Aneel.
	Risco Legal: Perdas decorrentes de (i) multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, (ii) decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.	Monitoramento nos juizados, ações relacionadas à empresa e atuações/multas recebidas.	Diretoria Jurídica / Tributária
	Risco regulatório: associado à mudança abrupta ou inesperada no marco legal/legislação do setor	Monitoramento mensal da projeção da demanda incorporando variáveis macroeconômicas e setoriais que afetam a evolução do consumo de energia, além da definição da quantidade ótima para contratação, considerando a sazonalidade do mercado energético	Diretoria de Regulação / Legislação do Setor
Operacionais	Riscos Ambientais: descumprimento de legislação ambiental ou acidentes envolvendo danos ao meio ambiente.	O SGA (Sistema de Gestão Ambiental) promove o controle das atividades e orienta tecnicamente a execução dos processos operacionais de distribuição de energia que seguem os requisitos das certificações ISO14001 e normas técnicas em vigor.	Meio Ambiente, Responsabilidade Social/ Legislação ambiental; ISO 14001.
	Riscos Sociais, impacto na sociedade com a falta de fornecimento de energia por interrupção programada e não programada	Procedimentos do Sistema Integrado de Gestão, além de projetos e práticas que minimizam os impactos relativos aos aspectos de interrupção programada e não programada do fornecimento, variação no nível de tensão da energia, prejuízos financeiros em atividades econômicas, ruptura de cabos elétricos, uso inseguro da energia elétrica, entre outros.	Área Técnica / Procedimentos POP, PCO, PEX, PST
	Risco de Segurança no Trabalho, incluindo os colaboradores das parcerias estratégicas, empresas fornecedoras de serviço.	O sistema de segurança e saúde ocupacional está certificado pela norma OHSAS18001 e visa, sobretudo, mitigar os riscos de acidentes e doenças ocupacionais, trabalho realizado também junto nas empresas parceiras fornecedores de serviços.	Área de Informações Gerenciais de RH / Legislação Trabalhista / Norma Regulamentar NR-10; OHSAS 18001; POP; PEX; Procedimentos de Distribuição. AGP (em cooperação com os fornecedores de serviço)/Inpar.
	Riscos associados ao não cumprimento de contratos.	Manutenção de garantia financeira associada a cada um de seus principais contratos com fornecedores de serviços de empresas parceiras	Diretoria Financeira / Suprimentos / Diretoria de Recursos Humanos/ Contratos e Legislação Trabalhista.
	Riscos de fraudes e erros nas informações financeiras	Revisão trimestral da auditoria externa independente e anual da auditoria interna, além do acompanhamento contínuo da UCI.	Diretoria de Planejamento e Controle, Relações com Investidores, UCI, AI e AE / Lei SOX e Resolução N262.
	Patrimoniais: Riscos associados a erros, omissões, incêndio, explosão, raio, enchente, imperícia, imprudência e acidentes	Política de contratação de seguros em nível corporativo para resarcimento de danos legais, materiais e de responsabilidade civil associados à operação	Diretoria Financeira e Relações com Investidores / Norma Corporativa de Seguros.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercados

Mercado	Taxa de Câmbio sobre passivos financeiros.	Operações de hedge/ swap, para proteger resultados e o caixa de flutuações da taxa de câmbio	Diretoria Financeira e Relações com Investidores / Norma Corporativa de Gestão de Risco-N. 039
	Taxa de Juros	Pulverização de taxas contratadas em suas operações de financiamento.	
	Compliance	Existência de cláusulas restritivas nos contratos de empréstimos e financiamentos com- <i>covenants</i> financeiros – atendimento mínimo de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros	
	Risco de Liquidez: não dispor de fundos suficientes para honrar compromissos.	Análise das projeções do fluxo de caixa e acompanhamentos diário e mensal do fluxo de caixa realizado pela área de Finanças e Relações com Investidores	
	Risco de Renda Variável	Risco de variação dos preços das ações ou outros índices de renda variável	
	Risco de Commodity	Risco de variação nos preços das matérias primas como combustíveis ou energia	Comercial Geração
Crédito	Não recebimento de valores faturados aos clientes.	Adoção de procedimentos de avaliação dos clientes e da política de cobrança e corte de fornecimento para inadimplente	Diretoria Comercial/ Norma de cobrança e corte de fornecimento / Legislação da Aneel
Imagem	Imagen	Monitoramento, diário de notícias relacionadas à empresa	Diretoria de Comunicação, Responsabilidade Social, Institucional e Meio Ambiente, Diretoria Técnica, Comitê de Crise
Recursos Humanos	Ineficiência em gerir seus recursos humanos de forma alinhada aos objetivos estratégicos definidos.	Gestão do Rendimento, Gestão do Potencial, Plano de Desenvolvimento Individual, dentre outros.	Diretoria de Recursos Humanos
Tecnologia da Informação e Telecomunicações	Obsolescência, indisponibilidade ou ineficiência sistemas informatizados, equipamentos de tecnologia e/ou de telecomunicações.	Manutenção preventiva e troca dos equipamentos mais antigos. Atualizações da plataforma de trabalho.	Área de ICT

Figura – Classificação e Tratamento dos Riscos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de merc**Legendas**

UCI – Unidade de Controle Interno
AI – Auditoria Interna
AE – Auditoria Externa
PEX – Procedimento de Execução
PST – Procedimento de Segurança do Trabalho
POP – Procedimento Operacional
PCO – Procedimento Comercial
AGP – Área de Gestão de Parceiros
ICT – Informação, Comunicação e Tecnologia

g) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Como parte do Grupo Endesa, que possui títulos negociados na bolsa de valores de Nova Iorque, a Companhia se adequou aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley, criando uma área de controle interno, que tem a função principal de monitorar e garantir a eficácia dos planos de ação para gerenciar os riscos relacionados à atividade.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As informações prestadas neste item 10 refletem as opiniões dos Diretores da Companhia.

a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

A diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio, assim como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. Considerando os indicadores financeiros e patrimoniais apresentados nos últimos três anos, conforme tabela abaixo, a Administração está confortável com o nível de endividamento da Companhia que permaneceu em patamares conversadores e até abaixo da média sugerida pela regulamentação do setor elétrico. A Companhia encerrou 2011 com uma alavancagem financeira bruta (Dívida Bruta/(Dívida Bruta+ PL) de 46% contra 55% sugerida pela regulamentação. O Índice Dívida Líquida sobre EBITDA demonstra que nos últimos três anos, a Companhia apresentou, em média, nível de dívida inferior a 2 vezes sua capacidade de geração de caixa anual, valor inferior à referência de mercado.

A Companhia apresenta liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir seus investimentos planejados, suas despesas, suas dívidas e outras obrigações. Caso necessário, a diretoria está segura que a Companhia apresenta capacidade de contratar empréstimos para financiar suas atividades e/ou investimentos futuros.

Em maio de 2011, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Standard & Poor's procedeu emissão do rating corporativo da Companhia de brAA-, refletindo a solidez creditícia atual e futura da Ampla Energia.

A Ampla Energia encerrou 2011 com o custo da dívida médio em 12,44% a.a., ou CDI +0,9% a.a., custo este que reflete a saudável composição do portfólio de empréstimos da Companhia, no qual 23% dos empréstimos foram captados junto a instituições de fomento.

Indicadores de Endividamento	2009	2010	2011
Dívida Bruta / EBITDA	1,79	1,99	1,85
Dívida Líquida / EBITDA	1,37	1,87	1,77
EBITDA / Encargos de Dívida	5,07	4,41	5,18
Dívida Bruta /(Dívida Bruta+ PL)	0,49	0,44	0,46
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL)	0,43	0,43	0,45
Indicadores de liquidez	2009	2010	2011
Liquidez Geral - (Ativo Circulante+ativo não circulante)/(Passivo circulante+Passivo não circulante)	1,53	1,58	1,54
Liquidez Corrente (Ativo circulante/Passivo circulante)	1,34	0,76	0,74
Liquidez Imediata (Caixa e equivalentes e Aplicações financeira/Passivo Circulante)	0,18	0,04	0,05

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Estrutura de capital – calculada considerando relação: divida líquida/(dívida líquida + patrimônio líquido), nos últimos 3 exercícios:

Situação Patrimonial	2009	2010	2011
Capital Próprio - Patrimônio Líquido	1.553.992	1.583.469	1.635.736
Capital de Terceiros - Dívida líquida	1.151.006	1.184.770	1.351.919
Capital Total	2.704.998	2.768.239	2.987.655
% Capital Próprio	57%	57%	55%
% Capital Terceiros	43%	43%	45%

A companhia não possui ações resgatáveis, portanto os itens 10.b.1 e 10.b.2 não são aplicáveis.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

c) Capacidade de pagamento em relação a compromissos financeiros assumidos:

Nos financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, nas operações de capital de giro e debêntures, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2011.

Obrigações Especiais Financeiras - Covenants	Fonte Exigência	Valor Compromissado	Índice em 31/12/2011
Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	BNDES	3,5	1,77
Dívida Financeira Líquida / (PL + Dívida Financeira Líquida) (máximo)	BNDES	0,6	0,45
Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	4ª Emissão	2,9	1,64
Dívida Líquida de CP / EBITDA (máximo)	4ª Emissão	1,5	0,61
EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	4ª Emissão	2,3	5,38
Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	5ª e 6ª Emissões	2,7	1,64
EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	5ª e 6ª Emissões	2,5	5,43

A Companhia tem desenvolvido uma estratégia financeira com os objetivos principais de: (i) continuar a alongar o prazo médio de vencimento de suas dívidas, inclusive por meio do pagamento de dívidas de curto prazo com recursos de empréstimos e financiamentos de longo prazo; (ii) aumentar os níveis de liquidez de suas dívidas; e (iii) melhorar sua flexibilidade estratégica, financeira e operacional. Considerando o seu perfil de endividamento de longo prazo e a sua capacidade financeira de captação de recursos e geração de caixa, a Companhia não deverá encontrar dificuldades em honrar os seus compromissos financeiros atualmente contratados ou em financiar investimentos futuros.

d) Fontes de Financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais exigências de caixa da Companhia compreendem: (i) pagamento dos custos operacionais; (ii) realização de investimentos; (iii) pagamento de encargos e amortizações de dívidas; e (iv) dividendos aos acionistas.

As principais fontes de liquidez da Companhia correspondem principalmente a: (i) receita do fornecimento de energia elétrica aos clientes; (ii) subvenções dos recursos federais dos programas Baixa Renda e Luz para Todos; (iii) linhas de financiamento para capital de giro, contratadas com BRADESCO(R\$ 50 milhões), SANTANDER(R\$ 100 milhões) e ITAU(R\$ 75 milhões); e (iv) linhas de financiamento de longo prazo para investimentos capex através do BNDES e ELETROBRÁS.

Os fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais são suficientes para as necessidades de recursos. Todavia, a Companhia geralmente busca financiamento por meio de empréstimos bancários, financiamento de fornecedores, operações no mercado de capitais como emissões de debêntures e de notas promissórias, dentre outras, com a finalidade de financiar sua necessidade de recursos para suas atividades operacionais e realização de investimentos.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para eventuais coberturas do caixa a empresa pode utilizar-se de linhas de financiamento para capital de giro, contratadas com BRADESCO(R\$ 50 milhões), SANTANDER(R\$ 100 milhões) e ITAU(R\$ 75 milhões).

Alternativamente as linhas de créditos disponíveis no mercado financeiro, a companhia também poderá acessar o mercado de capitais através de emissões de debêntures ou de notas promissórias.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional são:

Exercícios 2011, 2010 e 2009

Saldo das operações contratadas (valores em R\$ mil):

	Encargos de dívida			Principal					
	Circulante			Circulante			Não circulante		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
BNDES (Finame) (a)	12	17	9	2.214	2.215	1.971	4.098	6.313	-
BNDES (Finem) (b)	-	124	348	-	24.485	48.970	-	-	24.485
BNDES (Capex) (c)	153	460	719	32.449	64.896	64.896	-	32.448	97.344
BNDES (Capex 2011) (d)	161	-	-	3.496	-	-	59.159	-	-
BNDES (Capex 2011) (d)	313	-	-	8.229	-	-	90.443	-	-
BNDES (Capex 2011) (d)	346	-	-	8.229	-	-	90.443	-	-
Eletrobrás (e)	4	3	-	2.940	1.795	1.708	19.745	14.738	16.559
Eletrobrás (f)	1	-	-	-	-	-	5.752	-	-
Bradesco S.A. 3º contrato (g)	41	66	5	5.340	5.340	2.670	-	5.340	10.680
Bradesco S.A. 4º, 5º e 6º contratos (g)	3.260	5.174	5.632	40.000	40.000	-	20.000	60.000	100.000
Banco Alfa S.A. (g)	2.951	3.233	3.124	50.000	10.000	10.000	-	50.000	60.000
União dos Bancos Brasileiros S.A. (g)	94	172	160	5.320	5.320	2.660	-	5.320	10.640
HSBC Bank Brasil S.A 1º Contrato (g)	127	264	187	15.000	15.000	-	-	15.000	30.000
HSBC Bank Brasil S.A 2º Contrato (g)	506	1.047	740	60.000	60.000	-	-	60.000	120.000
Banco do Brasil S.A (g)	992	1.016	809	-	-	-	100.000	100.000	100.000
Banco Itaú S.A (g)	6	18	10	6.675	6.674	2.670	-	6.675	10.680
Total de empréstimos e financiamentos	8.967	11.594	11.743	239.892	235.725	135.545	389.640	355.834	580.388

Características das operações contratadas:

	Início	Vencimento	Tipo de Amortização	Garantias	Encargos Financeiros
BNDES (Finame) (a)	20/08/2009	15/01/2015	Mensal	Fiança Bancária	4,50%
BNDES (Finem) (b)	18/08/2005	15/06/2011	Mensal	Recebíveis e Conta Reserva	TJLP + 6,00%
BNDES (Capex) (c)	03/11/2006	15/06/2012	Mensal	Recebíveis e Conta Reserva	TJLP + 5,20%
BNDES (Capex 2011) (d)	15/08/2011	15/06/2021	Mensal	Recebíveis	8,70%
BNDES (Capex 2011) (d)	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,10%
BNDES (Capex 2011) (d)	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 4,10%
Eletrobras (e)	01/06/2004	30/05/2021	Mensal	Recebíveis e Nota Promissória	6,00%
Eletrobras (f)	21/05/2011	30/09/2018	Mensal	Recebíveis e Nota Promissória	7,00%
Bradesco S.A. 3º contrato (g)	28/12/2007	03/12/2012	Semestral	-	CDI + 1,15%
Bradesco S.A. 4º, 5º e 6º contratos (g)	01/02/2008	07/01/2013	Semestral	-	CDI + 1,05%
Banco Alfa S.A. (g)	10/01/2007	30/07/2012	Semestral	Nota Promissória	CDI + 0,95%
União dos Bancos Brasileiros S.A. (g)	26/11/2007	30/10/2012	Semestral	-	CDI + 1,15%
HSBC Bank Brasil S.A 1º Contrato (g)	03/12/2007	03/12/2012	Semestral	Nota Promissória	CDI + 0,95%
HSBC Bank Brasil S.A 2º Contrato (g)	03/12/2007	03/12/2012	Semestral	Nota Promissória	CDI + 0,85%
Banco do Brasil S.A (g)	04/12/2007	30/10/2013	Bullet	Nota Promissória	CDI + 0,97%
Banco Itaú S.A (g)	28/07/2007	28/12/2012	Semestral	-	CDI + 1,13%

- a) BNDES Finame: Financiamento contratado junto ao Banco Safra com repasse de recursos do BNDES para aquisição de equipamentos nacionais.
- b) BNDES Finem - Rede Ampla: Financiamento, no montante original de R\$ 165.000, para ampliação da rede de distribuição da Companhia no período de 2005/2007, contratado junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES. A Companhia captou 100% do valor do contrato.
- c) BNDES Capex: Financiamento, no montante total previsto de R\$ 301.425, para o plano de investimento da Companhia no período de 2006/2008, contratado junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES. A Companhia sacou 73% do valor do contrato.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- d) BNDES Capex 2011: Financiamento, no montante total previsto de R\$ 331.397, para o plano de investimento da Companhia no período de 2010/2011, contrato junto ao sindicato liderado pelo Itaú, com repasse de recursos do BNDES. A Companhia sacou 79% do valor contratado.
- e) Eletrobras: Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica - Luz Para Todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE.
- f) Eletrobras: Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos das obras de reconstrução da rede de distribuição e subtransmissão da Região Serrana do Rio de Janeiro, que foram afetadas devido às chuvas no 1º trimestre de 2011. Esta operação tem recursos originários da RGR.
- g) Empréstimos contraídos para atender à necessidade de capital de giro da Companhia.

Nos financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e nas operações de capital de giro, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2011:

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite
BNDES	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,50
BNDES	Dívida Financeira Líquida / (PL + Dívida Financeira Líquida) (máximo)	0,60
Capital de giro	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,50
Capital de giro	EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	2,00

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante, nos três últimos exercícios sociais, se apresenta da seguinte forma:

	31/12/2011	31/12/2010
2012	-	219.108
2013	165.352	124.325
2014	45.885	3.994
2015	44.000	2.110
2016	43.871	1.981
2017	43.483	1.593
Após 2017	47.049	2.723
Total	389.640	355.834

Curva de Amortização

31/12/2009

2010	-
2011	232.180
2012	215.562
2013	122.114
Após 2013	10.532
Total	580.388

Variação dos indexadores da dívida acumulados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009:

Indexador	31/12/2011	31/12/2010
-----------	------------	------------

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

IPCA	6,50%	5,91%
IGP-M	5,10%	11,32%
TJLP	6,00%	6,00%
CDI	11,64%	9,75%
SELIC	11,62%	9,78%

Indexador	31/12/2009
IPCA	4,31%
IGP-M	-1,71%
TJLP	6,00%
CDI	9,90%
SELIC	9,93%
TR	0,71%

Mutação de empréstimos e financiamentos:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	247.319	355.834	603.153
Ingressos	70.000	273.850	343.850
Encargos	68.587	-	68.587
Transferência de prazo	240.044	(240.044)	-
Amortizações de principal	(305.877)	-	(305.877)
Pagamento de juros	(71.214)	-	(71.214)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	248.859	389.640	638.499

Debêntures

Encargos	31/12/2011		31/12/2010		
	Principal		Principal		
	Circulante	Não circulante	Encargos	Circulante	Não circulante
1ª série - 4ª emissão	9.384	185.000	-	17.276	185.000
1ª série - 5ª emissão	576	115.330	-	617	-
2ª série - 5ª emissão	530	-	152.100	544	-
1ª série - 6ª emissão	590	-	117.000	-	-
2ª série - 6ª emissão	7.911	-	187.464	-	-
(-) Custo de transação	-	(932)	(1.880)	-	(658)
	18.991	299.398	454.684	18.437	184.342
					442.020

31/12/2009		
Principal		
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Principal atualizado	133.518	620.000
Juros incorridos	27.557	-
(-) Custo a amortizar	-	(2.344)
Total de debêntures	161.075	617.656

Características das emissões:

4ª emissão

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Série	série única
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	37.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10
Data de emissão	01 de agosto de 2006
Vencimento inicial	01 de agosto de 2011
Vencimento final	01 de agosto de 2012
Atualização monetária	Sem atualização
Repactuação	Não haverá
Remuneração	CDI + 0,85% a.a.
Exibibilidade de juros	Semestral
Amortização programada	Em 2 parcelas iguais, sendo a 1ª ao final do 5º ano a partir da data da emissão e a 2ª na data do vencimento das debêntures
Data de amortização	2011 e 2012

Série	5ª emissão 1ª série	5ª emissão 2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	11.533 debêntures simples	13.467 debêntures simples

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Valor nominal	R\$ 10	R\$ 10
Data de emissão	15 de dezembro de 2009	15 de dezembro de 2009
Vencimento inicial	15 de dezembro de 2012	15 de dezembro de 2013
Vencimento final	15 de dezembro de 2012	15 de dezembro de 2015
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 1,10% a.a.	IPCA + 8,30% a.a.
Exibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortização programada	Parcela única na data do vencimento	Em três parcelas anuais
Data de amortização	2012	2013, 2014 e 2015

Série	6ª emissão 1ª série	6ª emissão 2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	11.700 debêntures simples	18.300 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10	R\$ 10
Data de emissão	15 de junho de 2011	15 de junho de 2011
Vencimento inicial	15 de junho de 2015	15 de junho de 2016
Vencimento final	15 de junho de 2016	15 de junho de 2018
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 1,20% a.a.	IPCA + 7,90% a.a.
Exibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortização programada	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data de amortização	2015 e 2016	2016, 2017 e 2018

4ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2006, foi aprovada a 4ª emissão das debêntures, que tem como objetivo alongar prazos e reduzir custos de dívida da Companhia, por meio da liquidação de operações de empréstimos contratados com instituições financeiras a prazos mais curtos e custos mais elevados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia cumpriu com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

5ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de outubro de 2009, foi aprovada a 5ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da Companhia.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia cumpriu com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

6ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2011, foi aprovada a 6ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras, quais sejam:

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite
4ª emissão	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,90
4ª emissão	Dívida líquida de CP/EBITDA (máximo)	1,50
4ª emissão	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,30
5ª emissão	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,70
5ª emissão	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,50
6ª Emissão	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,70
6ª Emissão	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,50

Curva de amortização do longo prazo das debêntures:

	2013	2014	2015	2016	Após 2016	Total
2ª série - 5ª emissão	50.700	50.700	50.700	-	-	152.100
1ª série - 6ª emissão	-	-	58.500	58.500	-	117.000
2ª série - 6ª emissão	-	-	-	62.488	124.976	187.464
(-) Custo de transação	(514)	(476)	(432)	(224)	(234)	(1.880)
Total a amortizar	50.186	50.224	108.768	120.764	124.742	454.684

Grau de subordinação entre as dívidas

Não há condição de subordinação entre as dívidas contraídas pela Companhia que integram as demonstrações financeiras correspondentes aos três últimos exercícios.

Adicionalmente, para as obrigações do passível exigível, em eventual concurso universal de credores, a Companhia seguirá a ordem estabelecida no art. 83 da Lei de falências (Nº 11.101).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

A Companhia mantém contratos de financiamento e escritura de emissão de debêntures com estabelecimento de covenants financeiros (Dívida Financeira Líquida ÷ EBITDA ≤ 2,5; EBITDA ÷ Despesa Financeira Líquida ≥ 2,75 – para as debêntures; e Endividamento Financeiro Líquido ÷ LAJIDA ≤ 3,5; de Repasse BNDES), distribuição de dividendos, alienação de ativos e controle acionário, observados nos contratos com o BNDES/Repasso (e disposições aplicáveis aos contratos do BNDES), Eletrobrás (e condições gerais dos contratos de financiamento com a Eletrobrás).

Até esta data, a Companhia não havia descumprido nenhum dos índices econômico-financeiros (*covenants* financeiros) mencionados acima, nem mesmo está na iminência de descumpri-los.

Além disso, os contratos relativos à maior parte das dívidas de longo prazo da Companhia contêm cláusulas de vencimento antecipado cruzado (cross acceleration), de modo que o vencimento antecipado de um dos contratos poderá acarretar a aceleração do vencimento de outros contratos.

g) Limites de utilização de financiamentos já contratados

Instituição Financiadora	Linha Crédito	Nº Contrato	Valor Total Financiamento	Valor já Recebido	Saldo Disponível	Prazo de Utilização
BNDES	Finem / Finame	000050002509800	R\$ 331.397.000,00	R\$ 260.000.000,04	R\$ 71.396.999,96	mai/12
Eletrobrás	Emergencial	ECF-2930/2010	R\$ 9.651.434,33	R\$ 2.895.430,30	R\$ 6.756.004,03	set/13
Eletrobrás	Emergencial	ECF-2937/2010	R\$ 9.523.430,00	R\$ 2.857.029,00	R\$ 6.666.401,00	set/13

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Demonstrativo de Resultado Análise Vertical e Horizontal	Exercício social findo em 31/12/2011		Exercício social findo em 31/12/2009		Exercício social findo em 31/12/2009		Var. % 2011 x 2010	Var. % 2010 x 2009
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%		
Receita Operacional	4.951.053	100,0%	4.733.560	100,0%	4.639.819	100,0%	4,6%	2,0%
Fornecimento Faturado	4.102.081	82,9%	3.879.851	82,0%	3.873.532	83,5%	5,7%	0,2%
Fornecimento Não Faturado	(34.099)	-0,7%	(8.733)	-0,2%	19.348	0,4%	290,5%	-145,1%
Suprimento de Energia Elétrica	49.554	1,0%	81.543	1,7%	29.314	0,6%	-39,2%	178,2%
Baixa Renda	77.825	1,6%	126.205	2,7%	134.640	2,9%	-38,3%	-6,3%
Disponibilidade da Rede Elétrica	235.997	4,8%	198.187	4,2%	169.855	3,7%	19,1%	0,0%
Receita de Construção	448.631	9,1%	395.864	8,4%	331.749	7,2%	13,3%	19,3%
Outras Receitas	71.064	1,4%	60.643	1,3%	81.381	1,8%	17,2%	-25,5%
Deduções da Receita	(1.638.682)	-33,1%	(1.578.785)	-33,4%	(1.488.861)	-32,1%	3,8%	6,0%
ICMS	(1.082.223)	-21,9%	(1.015.296)	-21,4%	(994.590)	-21,4%	6,6%	2,1%
PIS	(40.395)	-0,8%	(48.161)	-1,0%	(44.630)	-1,0%	-16,1%	7,9%
COFINS	(185.250)	-3,7%	(221.832)	-4,7%	(205.491)	-4,4%	-16,5%	8,0%
ISS	(2.136)	0,0%	(3.300)	-0,1%	(2.498)	-0,1%	-35,3%	32,1%
Quota para Reserva Global de Reversão	(68.543)	-1,4%	(53.196)	-1,1%	(54.913)	-1,2%	28,8%	-3,1%
Subvenções CCC/CDE	(227.692)	-4,6%	(202.659)	-4,3%	(159.230)	-3,4%	12,4%	27,3%
P&D e Eficiência Energética	(24.194)	-0,5%	(26.295)	-0,6%	(27.509)	-0,6%	-8,0%	-4,4%
Encargo Ex-Isolados/Outros	(8.249)	-0,2%	(8.046)	-0,2%	-	0,0%	2,5%	-
Receita Operacional Líquida	3.312.371	66,9%	3.154.775	66,6%	3.150.958	67,9%	5,0%	0,1%
Custo do Serviço / Despesa Operacional	(2.732.126)	-55,2%	(2.693.049)	-56,9%	(2.481.118)	-53,5%	1,5%	8,5%
Pessoal	(143.245)	-2,9%	(136.192)	-2,9%	(142.728)	-3,1%	5,2%	-4,6%
Material	(13.628)	-0,3%	(11.477)	-0,2%	(16.095)	-0,3%	18,7%	-28,7%
Serviços de Terceiros	(246.449)	-5,0%	(253.749)	-5,4%	(230.119)	-5,0%	-2,9%	10,3%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.316.910)	-26,6%	(1.235.155)	-26,1%	(1.193.215)	-25,7%	6,6%	3,5%
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão	(207.117)	-4,2%	(233.690)	-4,9%	(161.432)	-3,5%	-11,4%	44,8%
Encargos dos Serviços dos Sistemas	(57.411)	-1,2%	(46.568)	-1,0%	(83.252)	-1,8%	23,3%	-44,1%
Custo de Desativação de Bens	(8.774)	-0,2%	(11.343)	-0,2%	-	0,0%	-22,6%	0,0%
Depreciação e Amortização	(182.232)	-3,7%	(164.382)	-3,5%	(170.824)	-3,7%	10,9%	0,0%
PCLD (Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(41.136)	-0,8%	(159.495)	-3,4%	(40.359)	-0,9%	-74,2%	295,2%
Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	(22.087)	-0,4%	(6.763)	-0,1%	(43.916)	-0,9%	226,6%	-84,6%
Taxa de Fiscalização da ANEEL	(7.392)	-0,1%	(7.015)	-0,1%	(6.638)	-0,1%	5,4%	5,7%
Custo de Construção	(448.631)	-9,1%	(395.864)	-8,4%	(331.749)	-7,2%	13,3%	19,3%
Outras Despesas Operacionais	(37.114)	-0,7%	(31.356)	-0,7%	(60.791)	-1,3%	18,4%	-48,4%
EBITDA	762.477	15,4%	626.108	13,2%	840.664	18,1%	21,8%	-25,5%
Resultado do Serviço	580.245	11,7%	461.726	9,8%	669.840	14,4%	25,7%	-31,1%
Resultado Financeiro	(220.936)	-4,5%	(133.811)	-2,8%	(122.233)	-2,6%	65,1%	9,5%
Receita Financeira	88.491	1,8%	145.201	3,1%	101.394	2,2%	-39,1%	43,2%
Renda de Aplicação Financeira	9.407	0,2%	22.540	0,5%	44.621	1,0%	-58,3%	-49,5%
Multas e Acréscimos Moratórios	46.756	0,9%	55.003	1,2%	42.150	0,9%	-15,0%	30,5%
Transações com Partes Relacionadas	2.298	0,0%	12.283	0,3%	952	0,0%	-81,3%	1190,2%
Variações Monetárias Diversas	4.172	0,1%	3.126	0,1%	1.311	0,0%	33,5%	138,4%
Receita Ativo Indenizável	15.118	0,3%	27.798	0,6%	(14)	0,0%	-45,6%	-198657,1%
Outras Receitas Financeiras	10.740	0,2%	24.451	0,5%	12.374	0,3%	-56,1%	97,6%
Despesa Financeira	(309.427)	-6,2%	(279.012)	-5,9%	(223.627)	-4,8%	10,9%	24,8%
Encargos de Dívidas	(68.588)	-1,4%	(67.868)	-1,4%	(96.086)	-2,1%	1,1%	-29,4%
Atualização Financeira de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(55.683)	-1,1%	(51.300)	-1,1%	(21.569)	-0,5%	8,5%	137,8%
Encargo de Fundo de Pensão	(25.382)	-0,5%	(14.307)	-0,3%	(17.832)	-0,4%	77,4%	-19,8%
Multas e Acréscimos Moratórios	(8.649)	-0,2%	(9.651)	-0,2%	(3.051)	-0,1%	-10,4%	216,3%
Transações com Partes Relacionadas	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	-
Variações Monetárias	(14.461)	-0,3%	(11.818)	-0,2%	-	0,0%	22,4%	-
Juros Debêntures	(78.536)	-1,6%	(65.409)	-1,4%	(52.694)	-1,1%	20,1%	24,1%
Custo de Transação Debêntures	(1.687)	0,0%	(999)	0,0%	-	0,0%	68,9%	-
Indenizações DIC / FIC	(24.471)	-0,5%	(24.572)	-0,5%	-	0,0%	-0,4%	-
Juros Selic sem P&D	(1.863)	0,0%	(3.636)	-0,1%	(4.968)	-0,1%	-48,8%	-26,8%
IOF	(5.899)	-0,1%	(3.050)	-0,1%	(808)	0,0%	93,4%	277,5%
Outras Despesas Financeiras	(24.208)	-0,5%	(26.402)	-0,6%	(26.619)	-0,6%	-8,3%	-0,8%
Lucro Antes dos Tributos e Participações	359.309	7,3%	327.915	6,9%	547.607	11,8%	9,6%	-40,1%
Tributos e Outros	(148.957)	-3,0%	(111.823)	-2,4%	(186.747)	-4,0%	33,2%	-40,1%
Lucro Líquido do Período	210.352	4,2%	216.092	4,6%	360.860	7,8%	-2,7%	-40,1%

Resultados 2011 x 2010

A Ampla Energia encerrou o ano de 2011 com 2.643.510 unidades consumidoras (“consumidores”), 2,8% superior ao número de consumidores registrado ao final de 2010. Esse crescimento representa um acréscimo de 72.915 novos consumidores à base

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

comercial da Companhia. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente), com mais 66.172 novos consumidores.

Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado cativo da Ampla Energia, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia. Esses investimentos totalizaram o montante de R\$ 161 milhões nos últimos 12 meses.

Em termos de consumidores efetivos, a Companhia encerrou o ano de 2011 com 2.334.543 consumidores, um incremento de 3,0% em relação ao ano de 2010. Os consumidores efetivos representam o total dos consumidores excluindo-se as unidades de consumo próprio e os consumidores ativos sem fornecimento.

A Companhia fechou 2011 com 34 clientes livres, um acréscimo de 5 novos clientes, que representa um incremento de 17,2% em relação ao número registrado no fechamento de 2010.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Ampla Energia no ano de 2011 foi de 9.964 GWh, o que representa um incremento de 1,4% (+138 GWh) em relação ao ano de 2010, cujo volume foi de 9.826 GWh. Esta variação é o efeito combinado de (i) um incremento observado no mercado cativo da Companhia de 1,1% (+153 GWh) em 2011 em relação a 2010 (8.591 GWh versus 8.438 GWh), compensada por (ii) um menor volume de energia transportado para os clientes livres, cujo montante, em 2011, de 1.373 GWh, 1,1% inferior ao registrado em 2010 (-15 GWh). Essa energia (transportada) gera uma receita para a Ampla Energia através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

O mercado cativo da Companhia apresentou uma evolução de 1,8% no ano de 2011 quando comparado ao ano de 2010. As classes residencial baixa renda, industrial e rural apresentaram retração no consumo, em decorrência, respectivamente, (i) da aplicação dos novos critérios para enquadramento dos clientes residenciais baixa renda, (ii) pela migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre e (iii) pela menor necessidade do acionamento de equipamentos e sistemas de irrigação na região rural da Companhia (pelo aumento do volume de chuvas em 2011).

Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Ampla. A Ampla Energia encerrou o ano de 2011 com DEC de 19,24 horas, índice 19,2% inferior ao registrado no ano de 2010, de 23,81 horas. O FEC alcançou o patamar de 9,83 vezes, o que representa uma redução de 22,8% em relação a 2010, que fechou em 12,74 vezes. A Ampla Energia investiu R\$ 103 milhões em qualidade do sistema no ano de 2011.

As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o valor de 19,66% em 2011, uma redução de 0,85 p.p. em relação às perdas registradas em 2010, de 20,51%. Esse resultado é reflexo principalmente do restabelecimento do faturamento de novos clientes pela medição eletrônica que ocorreu em julho de 2009, e que estavam suspensos pela Aneel desde outubro de 2007 (exigência de certificação pelo INMETRO). Em 2011, foram investidos no combate às perdas o montante de R\$ 163 milhões. O percentual alcançado no ano de 2011 para os níveis de perdas representa a melhor performance da Companhia neste indicador nos últimos 3 anos, o que comprova a eficácia da sua estratégia no combate às perdas dentro de sua área de concessão.

Em relação ao índice de arrecadação TAM (valores arrecadados sobre valores faturados, em 12 meses), o mesmo encerrou 2011 em 98,79%, percentual inferior (-0,90 p.p.) em relação ao encerramento de 2010, de 99,69%.

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da Ampla Energia alcançou, em 2011, R\$ 4.951 milhões, um crescimento de 4,6% em relação ao ano de 2010, de R\$ 4.734 milhões (+R\$ 217 milhões). Esse incremento é o decorrente do efeito líquido dos seguintes fatores: crescimento do mercado de 1,4%, reajuste tarifário médio de 5,09%, aumento da receita de IFRIC de 13,3% e redução do Baixa renda de 38,3%. A redução do Baixa Renda reflete as alterações nos critérios de elegibilidade para enquadramento dos consumidores na Tarifa Social de Energia Elétrica. Observa-se uma migração de aproximadamente 490 mil consumidores da classe residencial baixa renda para a classe residencial convencional quando comparamos 2011 com o ano anterior, consumidores estes que deixaram de usufruir do benefício da Tarifa Social e com consequente redução do subsídio recebido pela Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Excluindo-se o efeito da receita operacional - IFRIC 12, a receita operacional bruta da Companhia, em 2011, alcançou o montante de R\$ 4.502 milhões, o que representa um incremento de 1,8% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 4.338 milhões (+R\$ 164 milhões).

Deduções à Receita Operacional

As deduções da receita apresentaram incremento de 3,8% em relação ao ano anterior, alcançando -R\$ 1.639 milhões em 2011, contra -R\$ 1.579 milhões no ano de 2010 (-R\$ 60 milhões).

Custos do Serviço e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais em 2011 alcançaram -R\$ 2.732 milhões, um incremento de 1,5% em relação ao ano de 2010, de -R\$ 2.693 milhões (-R\$ 39 milhões). Esta redução é o efeito líquido das seguintes variações: aumento dos custos não gerenciáveis (compra de energia e encargos) em 4,4% e redução dos custos e despesas gerenciáveis de 2,3%.

	2011	2010	Var. % (2)
Custos e despesas não gerenciáveis			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.316.910)	(1.235.155)	6,6%
Taxa de Fiscalização da ANEEL	(7.392)	(7.015)	5,4%
Encargos de Uso/de Serviço do Sistema	(264.528)	(280.258)	-5,6%
Total - Não gerenciáveis	(1.588.830)	(1.522.428)	4,4%
Custos e despesas gerenciáveis			
Pessoal	(143.245)	(136.192)	5,2%
Material e Serviços de Terceiros	(260.077)	(265.226)	-1,9%
Custo na Desativação de Bens	(8.774)	(11.343)	-22,6%
Depreciação e Amortização	(182.232)	(164.382)	10,9%
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(41.136)	(159.495)	-74,2%
Provisão para Contingências	(22.087)	(6.763)	226,6%
Custo de Construção (IFRIC 12)	(448.631)	(395.864)	13,3%
Outras Despesas Operacionais	(37.114)	(31.356)	18,4%
Total - Gerenciáveis	(1.143.296)	(1.170.621)	-2,3%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(2.732.126)	(2.693.049)	1,5%

Excluindo-se o efeito do custo operacional - IFRIC 12, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, em 2011, alcançaram o montante de -R\$ 695 milhões, o que representa uma redução de 10,3% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de -R\$ 775 milhões (+R\$ 80 milhões).

EBITDA e Margem EBITDA

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Ampla Energia no ano de 2011, atingiu o montante de R\$ 762 milhões, o que representa um incremento de 21,8% em relação ao ano de 2010, cujo montante foi de R\$ 626 milhões (+R\$ 136 milhões). A margem EBITDA da Companhia em 2011 foi de 23,0%, o que representa uma evolução de 3,17 p.p. em relação a 2010, de 19,9%.

O EBITDA Ajustado, conforme calculado pela Companhia, é igual ao lucro (prejuízo) líquido antes do IR e CSLL, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização, resultados não operacionais e participações. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as "Práticas Contábeis Adotadas no Brasil", tampouco deve ser considerado isoladamente, ou, como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA Ajustado de maneira diversa da Companhia. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o IR e CSLL, a depreciação e amortização, os resultados não operacionais e as participações, o EBITDA Ajustado funciona como um indicador de desempenho econômico geral. Consequentemente, o EBITDA Ajustado funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA Ajustado permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA Ajustado, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro da Ampla Energia, no ano de 2011, ficou em -R\$ 221 milhões, um aumento de 65,1% em relação ao ano anterior, de -R\$ 134 milhões (-R\$ 87 milhões). Este incremento é o efeito líquido das seguintes variações: redução das receitas financeiras em 58,3% e aumento das despesas financeiras 10,9%.

Lucro Líquido e Margem Líquida

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Ampla Energia registrou em 2011 um lucro líquido de R\$ 210 milhões, valor 2,7% inferior ao registrado no ano de 2010, que foi de R\$ 216 milhões (-R\$ 6 milhões). Desta forma, a Margem Líquida em 2011 alcançou 6,4%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultados 2010 x 2009

A Ampla encerrou o ano de 2010 com 2.570.595 unidades consumidoras (“consumidores”), 1,9% superior ao número de consumidores ao final do ano de 2009. Esse crescimento representa um acréscimo de 48.998 novos consumidores à base comercial da Companhia. O acréscimo observado entre os períodos está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente), com mais 48.472 novos consumidores.

Essa evolução reflete o crescimento vegetativo do mercado cativo da Ampla e os investimentos realizados pela Companhia em novas conexões.

Em termos de consumidores efetivos, a Companhia encerrou o ano de 2010 com 2.570.150 consumidores, um incremento de 1,9% em relação ao ano anterior. Os consumidores efetivos representam o total dos consumidores excluindo-se as unidades de consumo próprio e os consumidores ativos sem fornecimento.

A Companhia fechou o ano de 2010 com 23 clientes livres, 5 a mais do que em 2009, o que equivale a um acréscimo de 27,8%.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Ampla no ano de 2010 foi de 9.610 GWh, uma evolução de 5,9% (+539 GWh) em relação ao ano anterior, cujo volume foi de 9.071 GWh. Esse incremento na energia está concentrado no mercado cativo da Companhia, que apresentou uma evolução de 4,7% (+377 GWh) em 2010 (8.438 GWh versus 8.061 GWh).

Esta evolução também foi impulsionada, em menor escala, por um maior volume de energia transportado para os clientes livres. O volume em 2010, de 1.172 GWh, foi 16,0% superior ao registrado em 2009 (+162 GWh). Essa energia (transportada) gera uma receita para a Ampla através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

O mercado cativo da Companhia apresentou um incremento de 4,7% em 2010 em relação a ano de 2009. Todas as classes apresentaram evolução no consumo. Os principais fatores que impulsionaram o aumento do consumo foram: o crescimento vegetativo do mercado cativo, de 1,9%, que adicionou mais 48.998 novos consumidores efetivos à base comercial da Companhia, e o aumento da venda de energia per capita no mercado cativo, de 2,7%.

A venda de energia per capita no mercado cativo foi de 3.283 KWh/consumidor, representando um acréscimo de 2,7% em relação ao ano anterior. Isso reflete, basicamente, uma atividade industrial mais aquecida na área de concessão (8,6%), associada ao aumento das temperaturas médias no período. No Rio de Janeiro, a temperatura média de 2010 foi de 25,41°C, percentual 2,0% superior ao registrado em 2009, de 24,91°C.

O transporte de energia para os clientes livres na área de concessão da Companhia em 2010 foi de 1.172 GWh, o que representa um incremento de 16,0% em relação ao ano de 2009, reflexo basicamente do crescimento do número de clientes livres de 18, em 2009, para 23, no 2010.

Em relação ao transporte de energia per capita para os clientes livres houve, no entanto, uma redução de 9,2% de 2009 para 2010.

A energia total requerida pelo sistema da Ampla em 2010 foi de 12.489 GWh, um percentual 4,7% superior ao registrado no ano anterior (11.927 GWh). Esse aumento está abaixo do aumento da energia distribuída pelo sistema, de 5,7% (9.927 GWh versus 9.394 GWh), tendo em vista a redução de 0,73 p.p. nas perdas de energia, alcançando 20,51%, em 2010, contra 21,24% em 2009.

Os contratos de compra de energia para 2010, incluindo a liquidação na CCEE e os contratos de energia distribuída, totalizaram 11.282 GWh para atender a energia demandada pelo sistema. Esse montante representa um incremento de 3,1% (+334 GWh) em relação ao ano passado, que foi de 10.948 GWh, reflexo do crescimento do mercado e consequente elevação do volume de venda e transporte de energia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os indicadores DEC e FEC medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Ampla. Eles refletem:

DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): a duração média em que os consumidores da Companhia tiveram o seu fornecimento de energia interrompido. Medido em horas por período (no caso, horas nos últimos 12 meses).

FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): a frequência média em que os consumidores da Companhia tiveram o seu fornecimento de energia interrompido. Medido em vezes por período (no caso, vezes nos últimos 12 meses).

A Ampla encerrou o ano de 2010 com DEC de 23,81 horas, índice 22,3% superior ao de 2009, de 19,47 horas. O FEC alcançou o patamar de 12,74 vezes, o que representa um aumento de 6,9% em relação ao ano de 2009, que fechou em 11,92 vezes.

Os indicadores de qualidade da Ampla no 4T10 foram fortemente impactados por: i) condições climáticas, bem mais severas registradas no 1T10, quando as descargas atmosféricas registradas na área de concessão da empresa tiveram um aumento de 114% e ii) fortes ventos, na ordem de 56km/h, intensificaram a contaminação da rede com poluição salina na região litorânea em setembro de 2010.

Em que pese a piora dos indicadores de qualidade quando comparado 2010 com 2009, o DEC e o FEC registrados no 4T10 foram os menores de todos os trimestres do ano de 2010, o que já reflete os investimentos no Plano de Qualidade empenhado pela Companhia a partir do 2T10.

As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram 20,51% em 2010, uma melhora de 0,73 p.p. em relação às perdas registradas em 2009, de 21,24%. Esse resultado é reflexo principalmente do restabelecimento do faturamento de novos clientes pela medição eletrônica que ocorreu em julho de 2009, e que estavam suspensos pela Aneel desde outubro de 2007 (exigência de certificação pelo INMETRO). No ano, foram investidos no combate às perdas o montante de R\$ 167 milhões.

Em relação ao índice de arrecadação TAM (valores arrecadados sobre valores faturados, em 12 meses), o mesmo encerrou o ano de 2010 em 99,69%, percentual em linha (-0,12p.p.) com o encerramento de 2009, de 99,81%, o que reflete a efetividade da arrecadação sobre o faturamento da Companhia.

Os indicadores MWh/colaborador e MWh/consumidor refletem a produtividade da Companhia, em termos de geração de valor pela força de trabalho (colaboradores) e geração de valor por cliente.

A Ampla encerrou o ano de 2010 com o indicador de MWh/colaborador de 8.101, índice 14,0% melhor que o registrado em 2009, de 7.108. O indicador de MWh/cliente alcançou o patamar de 3,77, o que representa uma melhoria de 3,9% em relação a 2009, que registrou 3,63.

A receita operacional bruta da Ampla alcançou, no ano de 2010, R\$ 4.748 milhões, um incremento de 2,3% em relação ao ano de 2009, de R\$ 4.640 milhões (+R\$ 108 milhões). Esse crescimento é, basicamente, o efeito líquido dos seguintes fatores:

▪ Redução de 2,2% (R\$ 3.806 milhões versus R\$ 3.893 milhões) na receita por fornecimento de energia (-R\$ 86 milhões): O aumento de 4,7% no volume de energia vendida no âmbito do mercado cativo foi parcialmente compensado pelo reajuste tarifário negativo de 2010, no percentual médio de 4,7%, vigente a partir de março de 2010, o que explica o descasamento entre energia faturada em GWh e receita de fornecimento de energia.

▪ Evolução de 178,2% (R\$ 81 milhões versus R\$ 29 milhões) na receita por suprimento de energia elétrica (+R\$ 52 milhões):

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A evolução observada é explicada pelo aumento da venda de energia no mercado *spot*, Em 2010 o total de energia vendida no mercado *spot* foi de 478 GWh contra 94 GWh em 2009.

- CVA Passiva (+R\$ 79 milhões):

De acordo com o despacho nº 4722 da ANEEL, foi realizada uma reclassificação contábil das CVA's passivas (Conta de Compensação de Variação de Valores de itens da "parcela A") a partir do terceiro trimestre de 2010. O objetivo da CVA de energia é registrar a variação dos custos de aquisição de energia elétrica ocorrida entre o valor homologado no reajuste ou revisão tarifária e os efetivamente pagos pela concessionária. Assim, caso o valor homologado no reajuste/revisão seja superior ao efetivamente pago, é constituída uma CVA passiva, de forma a que no próximo evento tarifário o montante será devolvido ao consumidor (o inverso também se aplica).

- Incremento de 19,3% (R\$ 396 milhões versus 332 milhões) na receita operacional oriunda da aplicação do ICPC 01 (+64 milhões):

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. O efeito na receita operacional bruta em 2010 foi de R\$ 396 milhões, (cuja contrapartida se encontra nas despesas operacionais, no mesmo valor, não gerando nenhum efeito no EBITDA e no Lucro Líquido da Companhia), um incremento de R\$ 64 milhões quando comparado com o ano anterior (R\$ 332 milhões).

As deduções da receita aumentaram 7,0% em relação ao ano anterior, alcançando -R\$ 1.593 milhões em 2010, contra -R\$ 1.489 milhões no ano de 2009 (-R\$ 104 milhões). Esse incremento é o efeito, principalmente, das seguintes variações:

- Acréscimo de 3,8% (-R\$ 1.295 milhões versus -R\$ 1.247 milhões) nos tributos – ICMS/COFINS/PIS/ISS (-R\$ 48 milhões):

Este acréscimo é oriundo do aumento da base de cálculo para apuração destes tributos, composta pelo fornecimento de energia, suprimento de energia elétrica e receita pela disponibilidade da rede elétrica.

- Acréscimo de 60,6% (-R\$ 122 milhões versus -R\$ 76 milhões) na conta de consumo de combustíveis fósseis – CCC (-R\$ 46 milhões):

A CCC (Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis) refere-se aos custos de operação das usinas dos sistemas interligado e isolado brasileiro localizadas principalmente na Região Norte, cujos custos são rateados pela ANEEL entre todos os agentes que comercializem energia elétrica com o consumidor final. Os valores da CCC são fixados anualmente pela ANEEL, para cada concessionária de distribuição, em função do seu mercado e podem variar em função da necessidade de uso das usinas termoelétricas.

- Acréscimo de 6,8% (-R\$ 89 milhões versus -R\$ 83 milhões) na conta de desenvolvimento energético – CDE (-R\$ 6 milhões):

A CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) é utilizada pelo Governo Federal para promover a competitividade da energia produzida por meio de fontes alternativas e o desenvolvimento energético do País através do programa de universalização, e seu montante é definidos pela Aneel.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os custos e despesas operacionais em 2010 alcançaram -R\$ 2.693 milhões, um incremento de 8,5% (-R\$ 212 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior. Este incremento é o efeito, principalmente, das seguintes variações:

Incremento de 5,4% (-R\$ 1.522 milhões versus -R\$ 1.445 milhões) nos custos e despesas não gerenciáveis (-R\$ 78 milhões), por:

- Incremento de 3,5% (-R\$ 1.192 milhões versus -R\$ 1.152 milhões) nos custos da energia elétrica comprada para revenda (-R\$ 40 milhões):

O incremento observado é devido ao aumento de 11,9% no volume de compra de energia associado à mudança do critério contábil das companhias a partir do 4T10, para o IFRS, e consequente estorno das CVA's (passivas em 2009 e ativas em 2010). Esses fatores foram parcialmente compensados pela reclassificação das CVAs passivas realizadas no 3T10.

- Incremento de 44,8% (-R\$ 234 milhões versus -R\$ 161 milhões) no encargo do uso da rede elétrica (-R\$ 72 milhões):

O aumento se deve ao efeito de alocação de contas. Em 2009, esta conta incluía somente transporte de Itaipu e a partir de 2010, passou a incluir também conexão de Itaipu e Rede básica. Além disso, também há o efeito do estorno das CVA's, devido ao novo critério contábil adotado (IFRS), conforme mencionado anteriormente.

- Redução de 44,1% (-R\$ 47 milhões versus -R\$ 83 milhões) no encargo do serviço do sistema ESS (+R\$ 37 milhões):

A redução se deve principalmente a uma reclassificação de valores acumulados de CVA de CDE, que estavam sendo contabilizadas dentro das CVA de ESS desde abril de 2010, e em dezembro de 2010 foi realizada uma reclassificação desses valores, tornando o saldo de ESS positivo.

Incremento de 12,9% (-R\$ 1.171 milhões versus -R\$ 1.037 milhões) nos custos e despesas gerenciáveis (-R\$ 134 milhões), por:

- Incremento de 295,2% (-R\$ 159 milhões versus -R\$ 40 milhões) em provisão para créditos de liquidação duvidosa (-R\$ 119 milhões):

O incremento se deve principalmente à provisão de aproximadamente R\$ 53 milhões de saldos acumulados de outras contas a receber, que passaram a ser considerados passíveis de risco, e que foram provisionados em dezembro de 2010. Além disso, as reversões em 2009 foram relativamente altas (R\$ 91 milhões), se comparadas a 2010 (R\$ 46 milhões).

- Redução de 84,6% (-R\$ 7 milhões versus -R\$ 44 milhões) em provisões para contingências (+R\$ 37 milhões):

A redução se deve a atualizações nos saldos das provisões de contingências cíveis e trabalhistas, principalmente no segundo semestre do ano.

- Incremento de 19,3% (-R\$ 396 milhões versus -R\$ 332 milhões) na despesa operacional oriunda da aplicação do ICPC 01 (IFRIC 12) (-R\$ 64 milhões):

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. O efeito na despesa operacional em 2010 foi de -R\$ 396 milhões, (cuja contrapartida se encontra na receita operacional bruta, no mesmo valor, não gerando nenhum efeito no EBITDA e no Lucro Líquido da Companhia), um incremento de R\$ 64 milhões quando comparado com o ano anterior (-R\$ 332 milhões).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Com base nos variações acima expostas, o EBITDA da Ampla em 2010, atingiu o montante de R\$ 634 milhões, o que representa um decréscimo de 24,6% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 841 milhões (-R\$ 207 milhões). A margem EBITDA da Companhia no ano foi de 20,1%, o que representa uma redução de 6,59 p.p. em relação a 2009, de 26,7%.

O resultado financeiro da Ampla, em 2010, ficou em -R\$ 134 milhões, uma redução de 9,5% em relação ao ano anterior, de -R\$ 122 milhões, esta redução é o efeito líquido, principalmente, das seguintes variações:

Incremento de 31,5% (R\$ 133 milhões versus R\$ 101 milhões) nas receitas financeiras (+R\$ 32 milhões), por:

- Incremento de 295,3% (R\$ 53 milhões versus R\$ 13 milhões) em outras receitas financeiras (+R\$ 39 milhões):

Atualizações monetárias de processos trabalhistas no valor de R\$ 33,7 milhões, ocorridas em dezembro de 2010.

Incremento de 19,4% (-R\$ 267 milhões versus -R\$ 224 milhões) nas despesas financeiras (-R\$ 43 milhões), por:

- Encargos com fundo de pensão (+R\$ 3 milhões):

Reconhecimento dos ganhos e perdas relacionados ao plano de benefícios pós-emprego da Fundação Ampla de Seguridade Social – Brasileiros, do qual a Companhia é patrocinadora. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos no resultado do exercício, em conformidade com as regras do CPC 33, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente. Como receita financeira foi reconhecido o valor de R\$ 76 milhões em 2010, e como despesa financeira foi reconhecido o valor de R\$ 90 milhões em 2010. O valor líquido, de -R\$ 14 milhões, foi lançado na linha de encargos com fundo de pensão.

- Incremento de 82,6% (-R\$ 39 milhões versus -R\$ 21 milhões) em encargos e atualizações de contingências (-R\$ 18 milhões):

O incremento acima está associado basicamente aos juros referentes a processos cíveis, no valor de R\$ 7 milhões, e as atualizações das contingências referentes ao processo “tarifaço” (ações propostas por grandes clientes que questionam reajuste tarifário concedido em 1986 quando da vigência de decreto federal que determinava o congelamento de preços), no valor de R\$ 9 milhões, reclassificados da linha de provisões para esta em dezembro de 2010.

- Incremento de 93,3% (-R\$ 68 milhões versus -R\$ 35 milhões) em outras despesas financeiras (-R\$ 33 milhões):

O incremento se deve principalmente à mudança no critério de classificação contábil das indenizações DIC e FIC, no valor de -R\$ 25 milhões, que passaram a ser registradas na linha de outras despesas financeiras em 2010, e anteriormente eram classificadas como outras despesas operacionais.

As despesas com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em 2010 registraram -R\$ 112 milhões, uma redução de 40,1% em relação ao ano anterior, de -R\$ 187 milhões (+R\$ 75 milhões). Essa redução é devido ao menor resultado antes de impostos registrado em 2010.

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Ampla registrou em 2010 um lucro líquido de R\$ 216 milhões, valor 40,1% inferior ao registrado no ano de 2009, que foi de R\$ 361 milhões (-R\$ 145 milhões). Desta forma, a Margem Líquida em 2010 alcançou 6,8%, valor inferior em 4,60 p.p. à registrada em 2009, de 11,4%.

Resultados 2009 vs. 2008:

A Ampla atingiu o número de 2.522 mil consumidores em 2009, evoluindo 2,2% (+55,1 mil novos consumidores) em relação a 2008. Desse total, 2.266,5 mil unidades consumidoras (90%) referem-se ao segmento residencial, sendo 720,2 mil dessas classificadas como baixa renda.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2009, a Ampla faturou com distribuição e transporte de energia um total de 9.204 GWh, quantidade 2,7% superior a 2008. A classe residencial destacou-se com incremento de 5,2% da energia faturada, o que pode ser explicado, principalmente, pelo incremento do número de clientes dessa classe, a melhora nos indicadores de emprego e renda no Estado do Rio de Janeiro e a temperatura média acima do ano anterior.

As perdas fecharam 2009 em 21,2% (acumuladas 12 meses), frente aos 20,2% em 2008, representando um acréscimo de 1,0 p.p.. Esse aumento se explica principalmente pela: 1) suspensão do faturamento de novos clientes pela medição eletrônica, de outubro de 2007 a julho de 2009; 2) por determinação do Inmetro, migração de 50 mil clientes polifásicos para a medição convencional; 3) retração do consumo dos clientes industriais.

Em relação à cobrabilidade (índice de arrecadação que mede os valores arrecadados sobre os valores faturados, em doze meses), a Companhia encerrou 2009 com o índice de 99,8%, 1 p.p. inferior ao encerramento de 2008 de 99,4%, o melhor índice da história da Companhia. Apesar do leve incremento do índice de arrecadação, o nível atingido é satisfatório, principalmente considerando que, segundo dados do BACEN, a inadimplência de pessoa física registrou um decréscimo de 0,2 p.p..

A Ampla encerrou 2009 com DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) de 19,47 horas, índice superior ao de 2008 de 13,21 horas. O FEC alcançou o patamar de 11,92 vezes, também superior ao índice de 2008 de 10,06 vezes.

Os indicadores de qualidade da Ampla em 2009 foram fortemente impactados por eventos da supridora Furnas, principalmente nos meses de junho, novembro e dezembro. Estes eventos somados resultaram em aproximadamente 3,22 horas no DEC e 0,22 vezes no FEC – impacto de 16% e 2%, respectivamente, no índice Global da Empresa. Expurgando esse evento, o DEC fecharia 2009 em 16,25 horas e o FEC 10,69 vezes.

Outro fator relevante, para o aumento dos indicadores de qualidade, está relacionado às condições climáticas, que foram bem mais severas em comparação com anos anteriores. Por exemplo, em 2009, os valores registrados de descargas atmosféricas, na área de Concessão da Empresa, tiveram um aumento de 35% comparado com o ano de 2008 - 100.377 raios em 2008 e 135.770 raios em 2009.

Em 2009, os investimentos da Companhia totalizaram R\$384,0 milhões, frente aos R\$350,8 milhões investidos em 2008, representando um aumento de 9,5% (+R\$33,2 milhões) ao compararmos os dois períodos. Esse incremento pode ser explicado, principalmente, pelo expressivo aumento dos investimentos para o combate às perdas: projeto Sentinel e a retomada das ações para a instalação do modelo de medição eletrônica aprovado pelo Inmetro (Ampla Chip).

A receita bruta da Ampla em 2009 atingiu R\$4.248,1 milhões, o que representa uma evolução de 10,7% (+R\$410,4 milhões) em relação a 2008, de R\$3.837,7 milhões. Essa variação se explica, principalmente, pelos seguintes fatores:

- Fornecimento de Energia: houve um incremento de 10,4% (+R\$374,7 milhões) da receita por fornecimento de energia em 2009. Esse aumento é efeito combinado de: 1) reajuste tarifário médio de 0,82%, homologado em 10 de março de 2009 e em vigor desde o dia 15 do mesmo mês; 2) reajuste tarifário de 11,1% homologado em 11 de março de 2008 e em vigor desde o dia 15 do mesmo mês, o que fez que no 1º trimestre de 2009 a receita por fornecimento de energia tivesse um incremento de 18,9% quando comparada ao 1º trimestre de 2008; 3) crescimento de 4,0% da energia faturada no mercado cativo em 2009; e 4) aumento do índice de cobrabilidade em 0,41 p.p.
- Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição – Clientes Livres (TUSD): incremento de 16,3% (+R\$23,8 milhões) deve, basicamente, ao aumento da tarifa de uso do sistema de 20%, em média, contemplado no reajuste tarifário de março de 2009.

A receita líquida da Companhia fechou 2009 em R\$2.745,7 milhões, um incremento de 12,0%, em relação ao ano anterior, quando foi de R\$2.451,3 milhões.

O EBITDA alcançado, em 2009, totalizou R\$654,2 milhões frente aos R\$705,5 milhões no ano anterior, uma redução de 7,3% (-R\$51,3 milhões).

A redução do EBITDA foi causada pelo incremento dos custos do serviço e despesas operacionais de -R\$362,5 milhões (+19,1%) em função, principalmente, do aumento de -R\$86,3 milhões em Encargos e Serviços do Sistema (ESS – valor definido pela ANEEL) e de -

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$249,4 milhões (+20,7%) na Energia Elétrica Comprada para Revenda. O crescimento nos custos foi parcialmente compensado pelo incremento de 10,7% da receita bruta.

O resultado financeiro em 2009 foi de -R\$143,9 milhões, incremento de 15,3% (+R\$19,1 milhões) em relação a 2008 quando foi de - R\$124,8 milhões.

As receitas financeiras reduziram 41,7% (+R\$71,2 milhões) em relação a 2008, principalmente, devido à receita não recorrente obtida em 2008 com o ativo em dólar com a Enersis devido à valorização cambial.

As despesas financeiras reduziram 17,6% (+R\$52,1 milhões) em relação a 2008, fechando em -R\$243,4 milhões frente a -R\$295,5 milhões. Essa redução é explicada, principalmente, pela queda do CDI em 2009 (-2,5 p.p. no CDI médio de 2009 vs. 2008).

O lucro líquido totalizou R\$222,3 milhões, o que significa uma margem líquida de 8,1% em 2009. A redução de 21,0% em relação ao ano anterior deveu-se, principalmente, ao incremento dos custos e dos serviços e despesas operacionais compensado, em parte, pela melhoria do resultado financeiro, ambos citados anteriormente.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) resultados das operações do emissor:

A receita da Companhia é composta essencialmente pelo faturamento do consumo de energia dos consumidores da área de concessão, somando R\$ 4.951 milhões em 2011. A tarifa cobrada dos consumidores é definida anualmente pela ANEEL, sendo que quaisquer modificações nas regras vigentes para o setor ou na metodologia de cálculo das tarifas podem afetar a receita da Ampla. Além disto, o volume de energia faturado da base de clientes da Companhia reflete as mudanças na economia do Estado do Rio de Janeiro (área de concessão da Ampla Energia). O consumo e a demanda de energia elétrica na área de concessão e as tarifas de energia elétrica são fatores fundamentais que influenciam os resultados, são diretamente dependentes do desempenho da economia da região. O consumo de energia apresenta forte correlação com a atividade econômica, produção industrial, nível de renda e disponibilidade de crédito e condições climáticas (principalmente no caso de temperaturas elevadas). Os mecanismos de reajustes e revisões das tarifas consideram variáveis macroeconômicas, principalmente a inflação, medida pelos índices IGP-M e IPCA. Estes indicadores, entre outros, também reajustam boa parte dos contratos de prestação de serviços da Companhia. Além destes indicadores, a evolução das taxas de juros impacta o resultado financeiro.

Os resultados das operações da Companhia são significativamente afetados por inúmeros fatores, inclusive: alteração nos custos da Companhia, incluído o preço de energia; alterações nas tarifas de energia que a Companhia poderá cobrar de seus clientes decorrente de revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL; disponibilidade de energia para atendimento sem restrições ao mercado; condições econômicas no Brasil em geral e na área de concessão da Companhia, além de mudanças na regulação e legislação do setor elétrico; resultados das disputas judiciais e contingências.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas da Companhia podem ser impactadas por oscilações no consumo e demanda de energia elétrica, e pelas tarifas de energia, reajustadas segundo os mecanismos previstos no Contrato de Concessão da Ampla e regulados pela Aneel. Tais mecanismos preveem revisões tarifárias a cada cinco anos, em que as tarifas são calculadas visando o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, cobertura de seus custos e retorno sobre investimentos.

Entre as revisões tarifárias, ocorrem reajustes tarifários anuais, que visam a repassar para as tarifas as variações nos custos não gerenciáveis da concessionária e garantir o repasse da inflação sobre os custos gerenciáveis. Ainda, as receitas da Companhia podem ainda ser impactadas por variações no mix de vendas em função do crescimento diferenciado entre as classes de consumo (residencial, comercial, industrial, rural e outras), que apresentam tarifas diferenciadas.

O Contrato de Concessão nº 05/96, que regula a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Ampla Energia, define a data de 15 de março para realização dos reajustes e revisões tarifários anuais.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Além dos itens referentes aos volumes e mix de consumo e demanda de energia elétrica, e dos efeitos das variações das tarifas elencados no item 10.2. b, o resultado operacional da Ampla Energia é influenciado pelo impacto da inflação e variação de preços de commodities sobre os custos e despesas operacionais da Companhia, notadamente os custos de pessoal e com contratos de prestação de serviços e aquisição de materiais. A inflação afeta os negócios essencialmente pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras devido aos encargos de dívidas serem corrigidos pela inflação.

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada, as oscilações nas tarifas cobradas dos consumidores e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL, sendo que as variações são reconhecidas nas tarifas cobradas dos consumidores. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação. Além disso, a Companhia está

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida significativa denominada em moeda estrangeira.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4. Comentários dos Diretores sobre:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

2011

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis, visto que a Companhia já adotou as normas internacionais de contabilidade (IFRS) para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, estando em conformidade as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), os quais estão alinhados com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board. Na elaboração das demonstrações financeiras foram adotados princípios e práticas contábeis consistentes com os divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, publicadas na imprensa oficial em 20 de abril de 2011, bem como com os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo CPC e regulamentados pela CVM.

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e teve a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 1 de janeiro de 2011. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

CPC 00(R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro ("CPC 00"), aprovado pela Deliberação CVM nº 675, de 13 de dezembro de 2011. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 15(R1) - Combinação de Negócios ("CPC 15"), aprovado pela Deliberação CVM nº 665, de 04 de agosto de 2011. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 19(R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) ("CPC 19"), aprovado pela Deliberação CVM nº 666, de 04 de agosto de 2011. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 20(R1) - Custos de Empréstimos ("CPC 20"), aprovado pela Deliberação CVM nº 672, de 20 de outubro de 2011. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis ("CPC 26"), aprovado pela Deliberação CVM nº 676, de 13 de dezembro de 2011. A revisão desta norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas. Esta apresentação foi realizada pela Companhia no corpo das notas explicativas que acompanham as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (nota 26.e).

O International Accounting Standards Board - IASB emitiu também algumas normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia, dentre as principais estão:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).

IFRS 11 - Operações conjuntas - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

IFRS 12 - Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo CPC, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

2010 e 2009

Com as Leis 11.638/07 e 11.941/09, promulgadas durante o exercício de 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu e a CVM aprovou uma série de Pronunciamentos e Interpretações contábeis que tinha por objetivo a convergência das práticas contábeis brasileiras às práticas internacionais de contabilidade. As demonstrações financeiras de 2010 foram as primeiras demonstrações preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) emitidas pelo International Financial Reporting Standards (IFRSs), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. Para que o processo de harmonização de práticas contábeis fosse possível, a Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1, adotando como data de transição 1º de janeiro de 2009 e consequentemente as demonstrações financeiras de 2009 foram reapresentadas com os ajustes identificados na adoção dos referidos CPCs.

Na mensuração dos ajustes e preparação do balanço patrimonial de abertura, a Companhia aplicou os requerimentos constantes no CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40, ajustando as suas demonstrações financeiras de tal forma que elas produzissem os mesmos valores de patrimônio líquido e resultado em relação conforme as IFRSs.

A adoção dos CPC 15 ao 43 (Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) resultou nas seguintes mudanças de práticas contábeis:

(1) Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis (CPC Estrutura Conceitual). As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com esse pronunciamento, que dentre outros conceitos, estabelece as bases para reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas. As diferenças entre os valores estimados incluídos no cálculo da tarifa de energia elétrica e os efetivamente incorridos pela Companhia, reconhecidos antes da aplicação dos novos CPCs como ativos e passivos regulatórios não são, de acordo com esse pronunciamento, reconhecidos no balanço patrimonial, por não atenderem à definição de ativos e/ou passivos. Como consequência, os saldos de ativos e passivos regulatórios contabilizados antes da data de adoção inicial dos novos pronunciamentos foram reconhecidos contra lucros acumulados e resultado do período corrente, de acordo com o período de competência.

(2) Contabilização da proposta de pagamento de dividendos (ICPC 08 / Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements) – Esta interpretação esclarece que a declaração de dividendos, excedente ao mínimo obrigatório, após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis não devem ser reconhecidos como passivo, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações contábeis como definido no pronunciamento Técnico CPC 25 (IAS 37) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos.

Os dividendos declarados e não pagos, excedentes ao mínimo obrigatório, referentes aos exercícios de 2008 e 2009 foram reconhecidos como ajuste na mutação do patrimônio líquido e foram revertidos na conta de dividendos a pagar, no balanço patrimonial, onde estavam originalmente apresentados de acordo com as regras anteriores.

(3) Contratos de Concessão (ICPC 01/IFRIC 12 e OCPC 05) - Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

Em decorrência da adoção dessa interpretação e resultante do contrato de concessão de serviços públicos de energia elétrica, que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, a Companhia reconheceu: (i) um ativo intangível que correspondente à cessão de uso dos bens que compõem a infraestrutura necessária para a realização dos serviços públicos, e (ii) um ativo financeiro correspondente ao valor devido, direta ou indiretamente, pelo concedente.

O ativo intangível reconhecido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias está mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível está mensurado pelo custo.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

O ativo financeiro está classificado como instrumento financeiro disponível para venda, considerando a premissa de que o valor da indenização ao final do contrato de concessão será calculado pelo órgão concedente em função da Base de Remuneração Regulatória (BRR).

O valor justo do ativo financeiro está sendo revisado trimestralmente, considerado a atualização pelo IGPM. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado serão reconhecidas diretamente no resultado do exercício. Considerando que o ativo financeiro é remunerado pelo WACC regulatório e que esta remuneração é reconhecida como receita pelo faturamento mensal da tarifa ao consumidor.

(4) Contratos de Construção (CPC 17/IAS 11) – Este pronunciamento estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção e utiliza os critérios de reconhecimento estabelecidos no Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis para determinar o momento em que a receita do contrato e a despesa a ela relacionada devem ser reconhecidas na demonstração do resultado.

Em atendimento a este pronunciamento técnico a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria. Pelo fato de quase a totalidade de construções de ativos ser terceirizado, a administração da companhia conclui que não há margem própria a ser aplicada. A margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero.

(5) Benefícios a empregados (CPC 33/IAS 19) – Este pronunciamento técnico fornece orientações sobre o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos benefícios concedidos aos empregados.

A Companhia anteriormente efetuava o registro Plano de Benefícios Previdenciários – Benefício Definido em conformidade com a Deliberação CVM nº 371/00, utilizando a regra do “corredor”. Com a adoção das IFRS a Companhia deixou de utilizar a regra do “corredor”.

Anteriormente os efeitos de ganhos e perdas atuariais eram registrados diretamente no resultado do exercício. Com a adoção dos novos Pronunciamentos Contábeis esses efeitos passaram a ser contabilizados em outros resultados abrangentes.

(6) Imposto de renda e contribuição social: os impostos diferidos foram registrados sobre diferenças temporárias relacionadas às diferenças entre a prática contábil anterior e os novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC e IFRS.

(7) Reclassificações: De acordo com os novos pronunciamentos contábeis foram efetuadas as seguintes reclassificações às demonstrações financeiras da Companhia.

a) Os depósitos judiciais relacionados a contingências prováveis e anteriormente registrados como redução das respectivas provisões foram reclassificados para o ativo não circulante.

b) Os impostos diferidos anteriormente apresentados no circulante foram reclassificados para o não circulante.

Reapresentação das ITR's de 2010, comparativamente com as de 2009 também ajustadas às normas de 2010.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011 a Companhia apresenta abaixo os efeitos no resultado e no patrimônio líquido dos trimestres findos em 31/03/2009, 30/06/2009, 30/09/2009, 31/03/2010, 30/06/2010 e 30/09/2010, decorrentes da plena adoção das normas de 2010.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

No exercício de 2011, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as Práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados no preparo dessas Demonstrações Financeiras, em todos os períodos apresentados.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Os efeitos da adoção das novas práticas contábeis em 2010 conforme descritas no item 10.4.a, estão apresentados a seguir. A coluna “referência para ajustes” diz respeito ao número da nota explicativa que acompanha às demonstrações financeiras e descreve a natureza do ajuste.

ATIVO	Referência para ajustes	Publicado 31/12/2009	Reclassificação	Ajustes	Reapresentação 31/12/2009
CIRCULANTE					
Caixa e equivalente de caixa		159.779	-	-	159.779
Títulos e valores mobiliários		195.623	-	-	195.623
Consumidores, concessionários e permissionários		758.612	-	-	758.612
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(119.876)	-	-	(119.876)	
Consumidores de baixa renda	17.097	-	-	17.097	
Estoques	2.130	-	-	2.130	
Tributos a compensar	69.010	-	-	69.010	
Caução e depósitos	10.110	-	-	10.110	
Tributos diferidos	7	37.580	(37.580)	-	-
Energia livre	1	139.467	-	(135.326)	4.141
Partes relacionadas		1.598	-	-	1.598
Despesas pagas antecipadamente		802	-	-	801
Outros créditos		90.950	-	-	90.950
Total do ativo circulante		1.362.882	(37.580)	(135.326)	1.189.975
NÃO CIRCULANTE					
Consumidores, concessionários e permissionários		31.402	-	-	31.402
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.515)	-	-	(2.515)	
Energia livre	1	11.553	-	(11.553)	-
Tributos a compensar		80.138	-	-	80.138
Depósitos vinculados a litígios		149.883	-	-	149.883
Cauções e depósitos		51.164	-	-	51.164
Partes relacionadas		724	-	-	724
Ativo indeclinável (concessão)	3	-	-	267.182	267.182
Tributos diferidos	7	335.709	37.580	5	373.294
Imobilizado	3	2.593.552	-	(2.555.267)	38.286
Intangível	3	38.017	-	2.288.071	2.326.088
Total do ativo não circulante		3.289.627	37.580	(11.562)	3.315.646
TOTAL DO ATIVO		4.652.509	-	(146.888)	4.505.620
PASSIVO	Referência para ajustes	Publicado 31/12/2009	Reclassificação	Ajustes	Reapresentação 31/12/2009
CIRCULANTE					
Fornecedores		221.679	-	-	221.679
Folhas de pagamento		26.822	-	-	26.822
Encargos de dívidas		11.743	-	-	11.743
Empréstimos e financiamentos		135.545	-	-	135.545
Debêntures		161.075	-	-	161.075
Tributo a pagar		50.428	-	-	50.428
Taxas regulamentares	1	15.589	-	-	15.589
Dividendos a pagar		180.475	-	(127.208)	53.267
Contribuição de iluminação pública arrecadada		44.207	-	-	44.207
Parcelamento especial		5.537	-	-	5.537
Partes relacionadas		88.709	-	-	88.709
Programa de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		42.803	-	-	42.803
Energia livre	2	174.802	-	(169.222)	5.581
Outras obrigações		27.898	-	-	27.897
Total do passivo circulante		1.187.312	-	(296.430)	890.882
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos		580.388	-	-	580.388
Debêntures		617.656	-	-	617.656
Tributo diferido	3	-	-	16.441	16.441
Obrigações com benefícios pós-emprego		232.146	-	-	232.146
Partes relacionadas		2.778	-	-	2.778
Programa de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		34.037	-	-	34.037
Parcelamento especial		18.403	-	-	18.403
Energia livre	1	41.889	-	(26.012)	15.877
Provisão de baixa renda		35.359	-	-	35.359
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		507.540	-	-	507.540
Outras obrigações		122	-	-	121
Total do passivo não circulante		2.070.318	-	(9.571)	2.060.746
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Referência para ajustes	Publicado 31/12/2009	Reclassificação	Ajustes	Reapresentação 31/12/2009
Capital social	1, 3, 4	998.230	-	-	998.230
Reservas de capital	5	23.254	-	-	23.254
Reservas de lucros	2	373.395	-	31.905	405.300
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	-	127.208	127.208
Total do patrimônio líquido		1.394.879	-	159.113	1.553.992
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO		4.652.509	-	(146.888)	4.505.620

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Conciliação do patrimônio líquido

	01/01/2009	31/12/2009
Total do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	1.545.902	1.394.879
Ativo indenizável	-	(14)
Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	(142.432)	48.355
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	26.553	127.208
Tributos diferidos	48.427	(16.436)
Total dos ajustes no patrimônio líquido	<u>(67.452)</u>	159.112
 Total do patrimônio líquido ajustado	 <u>1.478.450</u>	 <u>1.553.992</u>

	Referência para ajustes	Publicado 31/12/2009	Reclassificação	Ajustes	Reapresentação 31/12/2009
RECEITA LÍQUIDA					
Custo do serviço	1 e 4	2.745.730	-	405.228	3.150.958
	1, 3 e 4	<u>(1.990.050)</u>	-	<u>(216.972)</u>	<u>(2.207.022)</u>
LUCRO BRUTO		<u>755.680</u>	-	<u>188.255</u>	<u>943.935</u>
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		(63.325)	-	-	(63.325)
Despesas gerais e administrativas		<u>(210.770)</u>	-	-	<u>(210.770)</u>
		<u>(274.095)</u>	-	-	<u>(274.095)</u>
LUCROS ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		<u>481.585</u>		<u>188.255</u>	<u>669.840</u>
Receita financeira	1 e 3	101.408	-	(14)	101.394
Despesa financeira	1	<u>(245.353)</u>	-	<u>21.726</u>	<u>(223.627)</u>
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		<u>337.640</u>	-	<u>209.967</u>	<u>547.607</u>
Correntes		(97.721)	-	-	(97.721)
Diferidos	1 e 3	<u>(17.637)</u>	-	<u>(71.389)</u>	<u>(89.026)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>222.282</u>	-	<u>138.578</u>	<u>360.860</u>

Conciliação do resultado

	31/12/2009	
	Resultado antes dos impostos	Resultado do exercício
De acordo com as práticas contábeis anteriores	337.640	222.282
Ativo indenizável (avaliação valor justo)	(3.716)	(3.716)
Ativo indenizável (receita financeira)	3.702	3.702
Benefício pós emprego	19.194	19.194
Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	190.788	190.788
Tributos diferidos	-	(71.389)
Total dos ajustes no resultado	<u>209.967</u>	<u>138.578</u>
 De acordo com as IFRSs	 <u>547.607</u>	 <u>360.860</u>

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

2011

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2010 e 2009

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Os diretores da Companhia declararam que concordam com os pareceres de auditoria emitidos sobre as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, os quais não incluiram parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações contábeis estão relacionadas a seguir:

a) Impostos diferidos

Os impostos diferidos ativos atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados no pressuposto de realização futura, baseado nas projeções de resultados preparados pela Administração da Companhia. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada anualmente e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas de impostos conhecidas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. Dada a incerteza inerente às estimativas, o lucro tributável futuro poderá ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando do montante do ativo fiscal a ser registrado.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração de resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

c) Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de previdência do tipo benefício definido a certos empregados, além de benefício de assistência médica pós-emprego, os quais requerem que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a empregados ("CPC 33"). O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos em outros resultados abrangentes, em conformidade com as regras do CPC 33, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente.

d) Ativo indenizável (concessão)

A Companhia registrou um ativo financeiro a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Este ativo financeiro se encontra classificado como “empréstimos e recebíveis” e registrado pelo valor presente do direito, sendo calculado com base no valor dos ativos em serviços pertencentes à concessão, os quais serão reversíveis no final da concessão. Este ativo é mantido ao custo amortizado e é remunerado, via tarifa, pela taxa média de remuneração do investimento, representado pelo custo de capital (WACC regulatório), estipulado pela ANEEL, sendo o valor mensalmente reconhecido como receita financeira no grupo de receitas operacionais, em linha com o OCPC 05.

Devido à natureza deste ativo financeiro, a Companhia entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor dos ativos na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

Como resultado de uma análise mais ampla realizada no exercício de 2011, com base nas orientações constantes na Deliberação CVM nº 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovou o OCPC 05, a Administração da Companhia entendeu que o referido ativo financeiro seria melhor classificado como “recebível” e, sendo assim, decidiu por proceder a mudança em sua classificação original como “disponível para venda”. Tal mudança não produziu impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia tomadas em conjunto.

e) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É calculada com base nos valores de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para clientes com débitos relevantes. Está reconhecida em valor julgado pela Administração da Companhia como suficiente para atender às perdas prováveis na realização dos créditos.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Como parte do Grupo Endesa, que possui títulos negociados na Bolsa de Valores de Nova York, a Companhia se adequou aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley (SOX), criando uma área de Controle Interno, que tem a função principal de monitorar e garantir a eficácia dos planos de ação para gerenciar os riscos relacionados à atividade.

Tomando por base testes executados pela administração durante todo o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não foram identificadas imperfeições relevantes na execução dos controles internos. Caso fossem identificadas quaisquer imperfeições na execução dos controles internos, seriam corrigidas através da aplicação de planos de ação que viessem a garantir a sua total eficácia.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não existem deficiências e/ou recomendações presentes no relatório do auditor independente.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

6º emissão de debêntures

O montante líquido obtido pela Emissora com a Oferta foi utilizado para reforço do capital de giro e refinanciamento de dívidas.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial (off-balance sheet items):

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv. contratos de construção não terminada
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não aplicável.